

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB**

INSTITUTO DE HUMANIDADES

LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

**UM OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA DA GUINÉ-
BISSAU NA UEMOA.**

Davitson Gomes da Costa¹
Prof. Dr. Sebastião André Alves de Lima Filho²

RESUMO

Este trabalho problematiza a participação política e económica da Guiné-Bissau na UEMOA – União Económica e Monetária do Oeste Africano, como sendo um Estado “fraco” e único país lusófono numa relação com os países francófonos por meio de uma moeda, Franco da Comunidade Financeira Africana (FCFA), criada pela administração colonial francesa e até hoje dominada pelo estado francês. Guiné-Bissau aderiu a esta organização a fim de superar seus problemas económicos e monetários pós independência, porém a sua participação política e econômica neste bloco é muito questionável. Para tal, faz-se necessário uma revisão bibliográfica adicionada ao método empírico e análises mediáticas, que permitiram a considerar que, a integração da Guiné-Bissau neste bloco econômico foi mais que necessária para a situação econômica em que se encontrava e em termos regionais geograficamente localizado, porém o país está relativamente despreparado para a realidade desta organização devido as suas diversas dificuldades internas no que tange a capacidade de exportação, falta de recursos humanos qualificados, a constante instabilidade política resultante das frequentes quedas de governo no país a corrupção abusiva... e faz da Guiné-Bissau um mercado garantido para a comercialização dos produtos estrangeiros. Apesar da UEMOA, assim como outras organizações regionais na África, são consideradas meios de superar problemas do desenvolvimento no continente e de promoção de integração africana, porém o percurso da Guiné-Bissau nesta organização revela que os Estados fracos acabam por sofrer com o jogo de soma zero devido ao fracasso desta estratégia, Funcionalismo Regional.

¹ Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB; Formando em Licenciatura em Sociologia pela mesma Universidade; Aprovado em mestrado em Ciências Políticas na ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

² Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado e Doutorado em Sociologia - Universidade Federal do Ceará.

Data de submissão e aprovação 27/01/2022

Palavras-chave: Guiné-Bissau; Participação; UEMOA

ABSTRACT

This work problematizes the political and economic participation of Guinea-Bissau in UEMOA - West African Economic and Monetary Union, as being a "weak" State and the only lusophone country in a relationship with francophone countries through a currency, African Financial Community Franc (FCFA), created by the French colonial administration and until today dominated by the French state. Guinea-Bissau has joined this organization in order to overcome its post-independence economic and monetary problems, but its political and economic participation in this bloc is very questionable. For this, it is necessary a bibliographic review added to the empirical method and media analysis, that allowed to consider that the integration of Guinea-Bissau in this economic bloc was more than necessary for the economic situation in which it found itself and in regional terms geographically located. , however, the country is relatively unprepared for the reality of this organization due to its various internal difficulties in terms of export capacity, lack of qualified human resources, constant political instability resulting from the frequent falls of government in the country, abusive corruption... and makes Guinea-Bissau a guaranteed market for the commercialization of foreign products. Although UEMOA, as well as other regional organizations in Africa, are considered means of overcoming development problems on the continent and promoting African integration, however Guinea-Bissau's path in this organization reveals that weak states end up suffering from the game of zero sum due to the failure of this strategy, Regional Functionalism.

Key Words: Guinea Bissau; Participation; UEMOA

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva problematizar a participação política e econômica da Guiné-Bissau na União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e os resultados alcançados desde a sua integração, sendo um Estado “fraco” e lusófono numa relação económica entre os países francófonos sob o “controle” da França, não obstante, não perder de vista o motivo da propagação das organizações regionais no continente africano. Para este propósito, fizemos uma revisão bibliográfica sobre a temática, aplicamos o empirismo para analisar as premissas e considera-se informações midiáticas relacionadas ao assunto. Sendo assim, o trabalho está dividido em duas grandes parte: em primeiro lugar, uma análise sobre os antecedentes da formação e evolução da UEMOA, interligada com uma breve abordagem da relação colonial e pós-colonial entre a França e suas ex-colônias da África Ocidental, principalmente no que toca à relevância da sua participação nesta cooperação e sua permanência até os dias de hoje; E em seguida, abordaremos sobre a história económica e monetária deste país em discussão, Guiné-Bissau, durante os períodos pré e pós sua integração no referido bloco económico, isto é, depois da independência, quando fez a primeira reforma económica substituindo o Escudo português, até os dias de hoje.

Portanto, com o foco no objetivo geral, orientamos através das seguintes questões: Como foi fundada a UEMOA? Quais foram suas finalidades? De quem foi a ideia e porquê? Como a França fez parte desta cooperação e porquê? O que levou a Guiné-Bissau a integrar a UEMOA, uma organização que integra, até então, apenas os países francófonos? Quais foram os resultados alcançados por este país depois desta integração? Quais são as vantagens e as desvantagens desta ação?

A UEMOA, é um bloco económico que tem sua origem vinculada com a iniciativa de oito países da África Ocidental que decidiram manter a mesma moeda que usavam na época do colonialismo, o Franco das Colónias Francesas da África (F CFA), como diz o nome, tais países foram colonizados pela França, entre eles: Alto Volta (atual Burkina Faso), Benin (ex-Dahomey), Costa do Marfim, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Togo. Estes países assinaram em maio de 1962, numa reunião em Paris, um tratado que institui uma união monetária; desta forma continuariam com a mesma moeda e o mesmo sistema monetário da era colonial (FERNANDES, 2007). O mesmo tratado institui o Banco Central dos Estados da África

Ocidental (BCEAO), que substituiu um outro que desempenha a mesma função, Banco da África Ocidental. Em 1973, no dia 14 de novembro, com a saída de Mali e Mauritânia, os representantes dos seis países que restavam, decidiram estabelecer, por meio de um acordo assinado em Paris, a União Monetária da África Ocidental (UMOA), e também criaram o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD). O tratado também previa um acordo de garantia de conversibilidade da nova unidade monetária, Franco da Comunidade Financeira Africana (F CFA), entre os Estados membros e a França. Onze anos depois, Mali reintegrou a organização e totalizou sete países. Porém, nos inícios dos anos 90, houve uma grande desvalorização da moeda da União (F CFA), além de outras dificuldades que a organização enfrenta, nomeadamente, a baixa de competitividade dos Estados membros no comércio mundial, a redução de preços dos produtos primários no comércio mundial a partir dos anos 80, a falta de infraestruturas etc. Tais dificuldades fizeram surgir a necessidade de transição de uma União meramente Monetária para União Económica e Monetária. Portanto, no dia 10 de janeiro de 1994, em Dakar (capital de Senegal), os Estados membros decidiram Transformar a UMOA em União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA); três anos depois, a Guiné-Bissau se tornou oitavo membro desta organização (1997) (FERNANDES, 2007). Entretanto, além das diferenças linguísticas e de influência colonial incomum, a economia guineense é altamente concentrada na produção agrícola de castanha de caju e não é um país industrializado; tudo isso a combinar com as frequentes instabilidades políticas que este país, Guiné-Bissau, enfrenta desde a sua independência, nos colocam na obrigação de analisar a sua participação política e econômica na UEMOA, pois como cidadão guineense e estudante das áreas humanas pretendo contribuir para a ampliação da variação bibliográfica deste país e por outro lado instigar o debate sobre este assunto, pouco tratado, entre os acadêmicos e/ou pesquisadores guineenses e não só, fato que se comprova pela difícil acesso aos conteúdos relacionados.

2 ALGUMAS DISCUSSÕES TEÓRICAS

Os países africanos se libertaram do colonialismo, porém vivem o momento que muitos líderes independentistas temiam, a “colonialidade” – um conceito introduzido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano nos finais dos anos 1980 e início dos anos 1990 – que representa o legado do colonialismo que vem com a ideia da modernidade, ou seja, uma nova forma de distribuição de poder, de trabalho e de valorização das epistemologias baseadas em

raça e localizações geográficas numa escala global de classificação, na qual o Ocidente é o centro da civilização e o restante é periferia, os brancos ocupam a posição dominante enquanto que os “negros”, “índios”, “azeitonados”, “amarelos”... (os não brancos) são dominados e inferiorizados (MIGNOLO, 2017; QUIJANO, 2005).

De acordo com a concepção de Karl Marx, ao tratar da produção, “trata-se da produção em um grão determinado do desenvolvimento social”, porém, todas as épocas da produção possuem, em comum, alguns traços característicos, ou seja, determinações comuns. No entanto, a produção em geral é uma abstração, pois ela apresenta claramente o caráter comum, mas esse elemento comum, ou caráter geral, se organiza de forma complexa e diverge em diferentes determinações, na qual alguns desses elementos pertencem a todas as épocas, outros são comuns a algumas delas, certas determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Deste modo, para preservar a diferença essencial, devem ser separadas as determinações que valem para a produção em geral, caso contrário, perde de vista tais diferenças, o que ocorre justamente pelo fato de que o sujeito (a humanidade) e o objeto (a natureza), são os mesmos (MARX, 2008).

Nesta linha de raciocínio, é possível estudar uma sociedade através do seu modo de produção material, pois as suas determinações gerais e específicas de diversas épocas caracterizam historicamente o desenvolvimento das sociedades. Por isso esta metodologia é denominada de materialismo histórico.

Nesta perspectiva, a produção capitalista sendo um modo de produção determinado da sociedade globalizada, segundo Marx, é a produção de mais-valor. Este último, como sendo um meio de explorar o trabalhador, tende a aumentar os ganhos ao capitalista que procura sempre aumentar o seu capital, considerado um tipo de poder, pois ao possuir o capital, o capitalista apropria da força de trabalho do trabalhador num ato de compra e venda (MARX, 2008).

Na concorrência entre os capitais, o ganho entre eles é proporcional às suas grandezas, deste modo, um grande capital, acumula muito mais depressa que um capital pequeno e se abstrai totalmente da concorrência deliberada. Da mesma forma, o pequeno capitalista tende a sofrer primeiro com a queda dos lucros provocados pelo aumento dos capitais. E este aumento, num grande número, pressupõe a riqueza progressiva do país (MARX, 2004).

Ao emprestarmos estas concepções de Marx, as relações comerciais entre os países africanos e europeus, revelam grande desigualdade em termos de capitais. Os capitais dos europeus de grandes proporções em comparação com os dos africanos dominam os mercados internacionais. Porém esta condição foi forçada através da colonização e exploração dos territórios africanos pelas potências europeias. Estes, no final da era colonial já tinham definido profundamente as posições de relações de produção que hoje é muito complexo e difícil de superar. Aliás, foi para tentar superar e fazer frente a tal sistema que surgiu a necessidade de união entre os países africanos. Entretanto, estes países por adotar um modelo de integração progressiva, demorada e de fácil manipulação, acabam competindo entre eles. neste sentido, o país com menos capitais, por isso de pouca produção, acaba sofrendo, porque a concorrência é contínua e grande.

Amílcar Cabral defendia a cultura como um dos melhores meios da resistência de um povo à invasão estrangeira, pois a dominação de um povo por meio das armas é exatamente a destruição ou, pelo menos, a neutralização e paralisação da sua vida cultural; para ele, a resistência cultural é temida porque pode assumir novas formas, como: política, armada, econômica; dependendo dos fatores internos e externos que determinam a evolução social do povo em questão (CABRAL, 2011).

No entanto, como se verifica atualmente, muitos Estados africanos ainda mantêm complexas relações com seus antigos colonos para ter estabilidade em diversos setores, como política, economia, educação, saúde... conseqüentemente, as culturas e valores africanos são inferiorizados diante da “civilização” moderna euro-centralizada, ou seja, estão submetidos a colonialidade, isto é, graças ao sistema colonialista que procurava enfraquecer a cultura local para implantar a sua e criar relações comerciais que até hoje ligam estes países africanos aos seus antigos colonizadores.

No entender de Said, impressionante foi a relação dos nomes que contribuíram nos debates sobre as questões da expansão imperial na Europa e nos Estados Unidos, porém, foram em larga medida políticas e econômicas; entretanto, o papel privilegiado da cultura, na experiência imperial moderna recebe pouca atenção; e quase é dispensado o fato de que a grande extensão mundial do imperialismo europeu clássico do século XIX e início do XX ainda deixa rastros no nosso cotidiano, onde não existe nenhuma população em diferentes territórios do

planeta que não esteja afetada pelos impérios do passado, controladas pela Grã-Bretanha e a França (SAÍD, 2011).

Fanon, no seu livro *Pele negra Máscaras brancas*, mostrava a condição dos povos colonizados e/ou dominados pelas grandes potências europeias imperiais e a introdução destes povos num sistema ao qual sempre serão subjugados; assim escreve ele:

Há dois séculos eu estava perdido para a humanidade, eternamente escravo. Depois alguns homens vieram a declarar que tudo aquilo já tinha durado demais. Minha tenacidade fez o resto; fui salvo do dilúvio civilizador. Avancei... Tarde demais. Tudo estava explorado, previsto, provado, estabelecido (FANON, 2008, p. 111).

Na verdade, não se libertou da escravidão, estava sendo apenas introduzido num modelo mais sofisticado e dissimulado de exploração, que o Kwame Nkrumah chamava de “neocolonialismo”, para ele, um dos maiores perigos para a África e que tem como principal instrumento, a “balcanização”, uma política utilizada pelas grandes potências europeias, que visava criar pequenos estados através da divisão de uma certa região e torna-los rivais entre si, para melhor exploração (NKRUMAH, 2011).

A relação entre os países africanos e europeus durante e depois do colonialismo é considerado “imperialista” de acordo com as concepções de Edward Said sobre o conceito, para ele “imperialismo” designa a “prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante”, apesar de ser uma palavra e ideia muito difícil de usar atualmente, devido às suas controversas que a carrega de todo tipo de questões, dúvidas, polêmicas e premissas ideológicas. E o colonialismo, segundo Said, quase sempre a consequência do imperialismo, é a implantação de colônias em territórios distantes (SAÍD, 2011).

Entretanto, enquanto as ondas de independência cresciam, o Pan-Africanismo foi ganhando mais êxito e a ideia de unificação da África parecia mais que necessária para que juntos, melhor enfrentarem as lutas contra o imperialismo neocolonial e o Ocidente, assim procurar um desenvolvimento almejado e livre das amarras colonialistas. Apesar das divergências ideológicas, o “funcionalismo” acabou por ser adotado como estratégia sob o qual várias organizações regionais foram criadas no sentido de alcançar uma união entre os novos Estados africanos. Em princípio surgiu a OUA – Organização da Unidade Africana, a partir da qual se originaram várias ideias e outras organizações, assim como a UEMOA – União Económica e Monetária do Oeste Africano (FERNANDES, 2007).

O que é o funcionalismo? A literatura nos apresenta esta teoria como uma forma de pensamento que interpreta as ações coletivas dos indivíduos, a sociedade e os seus fenômenos através das causas provocadas pelas funções. Apesar do seu surgimento na Sociologia por Émile Durkheim e na antropologia por Bronisław Malinowski, também é usada em diversos campos científicos. De acordo com o Karl Deutsch citado por Fernandes (2007), a teoria do funcionalismo nas relações internacionais, se baseia:

“na esperança de que um número cada vez maior de tarefas comuns seja delegado a tais organismos funcionais específicos e de que cada um se torne, com o tempo, supranacional, ou seja, superior a seus governos, em termos de poder e autoridade. Neste sentido, segundo esta teoria, as nações do mundo se tornarão gradualmente integradas em uma única comunidade, na qual a guerra será impossível” (DEUTSCH, 1982 apud FERNANDES, 2007, p. 59).

Deste modo, o funcionalismo depende da liberação de certas parcelas de soberanias dos países colaboradores de uma organização para poder apresentar um bom desempenho, o que se torna difícil e demorado devido à natureza da “relação de poder político”, que segundo Fiori se baseia na desigualdade e fundamentalmente movimentada através de um conflito de “soma zero”, na qual um Poder soberano procura dominar outro Poder soberano (FIORI, 2009).

3 ANTECEDENTES E A FORMAÇÃO DA UEMOA

Assim como as outras organizações regionais na África, a UEMOA também é uma estratégia, baseada na teoria funcionalista, para a integração do continente; esta foi a proposta da Comissão Econômica das Nações Unidas para África nos anos 60, na qual os estados africanos independentes aprofundaram as cooperações econômicas sub-regionais que existiam e, se necessário, que estabelecesse outros agrupamentos regionais a fim de cobrir todo o continente e instigar uma coordenação harmoniosa entre estas comunidades, com o propósito de atingir de forma gradual a consolidação de uma comunidade econômica africana até o fim do século XX (FERNANDES, 2007).

Esta estratégia funcionalista de integração foi a escolhida depois de um longo período de debates entre os chefes de Estados membros da Organização da Unidade Africana – OUA, que finalizou no ano 1963 numa conferência em Adis Abeba. Isto porque existia

divergência em relação à tipo de unidade que se devia aplicar para integrar o continente. As principais oposições são: os defensores do funcionalismo regional, liderado por Leopold Sedar Senghor, então presidente de Senegal, na qual estabelecia uma simples cooperação econômica entre os estados; e os que apoiam a Federação de Estados africanos com estabelecimento de um governo supranacional e a eliminação das fronteiras herdadas do colonialismo protagonizado pelo Kwame Nkrumah, o então presidente de Gana.

Estas divergências podem ser interpretadas como sendo preocupações para com as possíveis consequências (“negativas”) que a integração africana podia causar, por um lado, e por outro, como a necessidade urgente de uma união continental para evitar a consolidação do domínio econômico-político ocidental sobre a África, ou como nos mostra os escritos de Kwame Nkrumah, medo do “Neocolonialismo” (NKRUMAH, 2011).

Porém não podemos deixar de notar que algumas ações se revelam relacionadas ao jogo de poder soberano dos jovens países africanos. Para Barry (2000), esta escolha, ou aprovação do funcionalismo regional que levou a multiplicidade das organizações sub-regionais, apesar de se aparentar, antes de tudo, como uma preocupação dos Estados de resolver os problemas de desenvolvimento, é acima de tudo, uma manifestação da vontade de fugir do debate político da unidade. Isto porque, estes estão preocupados em primeiro consolidar os poderes hegemônicos no interior e não se dispõem em ceder se quer uma parcela de suas soberanias materializadas nas fronteiras artificiais, uma herança da divisão colonial (BARRY, 2000).

Seguindo as premissas de Barry, admitimos que, junto com as fronteiras, os países africanos herdaram do colonialismo o poder político estatal delimitado por estas fronteiras e desde então, os novos herdeiros experimentaram o aroma viciante deste tipo de poder. De acordo com Fiori, “o poder político é fluxo, mais do que estoque. Para existir, precisa ser exercido; precisa se reproduzir e ser acumulado permanentemente. E o ato da conquista é a força originária que instaura e acumula o poder” (FIORI, 2009, p. 161-162). Pois, na perspectiva do mesmo autor, não teria necessidade de acumulação de mais poderes se todos tivessem-no igualmente distribuído, e conseqüentemente não existiria a “relação de poder político”, que é pautada na desigualdade e fundamentalmente movimentada através de um conflito de “soma zero” (FIORI, 2009).

Por outro lado, Castro, presidente da Sociedade Consular de Pernambuco, no seu trabalho sobre “Teorias da Relações Internacionais, deu um exemplo ilustrativo sobre o conceito de “estratégia dominante” numa relação de poder, na qual deduz, a partir de uma análise mais pontual de ativo e passivo de poder, que pode haver ganhos mútuos se houver estratégia partilhada de jogo de “soma positiva” entre os envolvidos; tal situação ocorre numa “arena singular ou múltipla de ação”, apenas se houver renúncias pontuais visando ações racionais coletivas de partilha de resultados positivos entre os atores internacionais, caso contrário, a estratégia dominante, ou seja, o jogador com a melhor estratégia revela a lógica de “soma zero” (CASTRO, 2012).

Fiori mostra que, a relação de poder político apresenta uma força expansiva que veio do “mundo do poder e da conquista”, responsável pela velocidade e crescimento dos mercados que originaram as bases de acumulação capitalista (FIORI, 2009). No âmbito da geopolítica, os Estados ou as Nações, precisam permanecer constantemente num movimento de conquista, um ato próprio da expansão de um “poder soberano”, uma nação, para acumular mais poderes, sobretudo através da guerra contra outros poderes soberanos, ou seja, contra outras nações. E como sendo conflituosa de soma zero, na qual todas as Nações precisam se expandir ou se defender, toda relação de poder exerce certa “pressão competitiva” sobre si mesma (FIORI, 2009).

Realmente, depois de independência muitos países africanos tiveram dificuldades em lidar com o poder conquistado, fato que podemos verificar com inúmeros assassinatos dos líderes de muitos movimentos e partidos independentistas nos finais das lutas de libertação destes países e/ou pouco tempo depois das independências; ainda até hoje, através de vários conflitos políticos internos (frequentes golpes de Estados e guerras civis), e externos que influenciaram muito nos fracassos dos projetos da Organização da União Africana – OUA para a integração e desenvolvimento do continente.

3.1 A INFLUÊNCIA DA FRANÇA NA ÁFRICA OCIDENTAL

Nesse jogo de poder entre os países africanos, estão envolvidos atores políticos terceiros, os europeus; e principalmente no que toca às questões dos países da Costa Ocidental da África, a França é frequentemente acusada de praticar ingerência em diversos países

africanos que no passado foram suas colônias. Esta questão se revela muito complicada e mais difícil dos problemas que a África enfrenta, na medida que os proveitos gerados pelos europeus nesta geopolítica de poder, são possíveis graças aos seus colaboradores, parte das elites dos países africanos, que por ganância pelo poder, falta de responsabilidade e falta de respeito pelos povos africanos, principalmente daqueles que lutaram pela independência, se sucumbem a corrupção. Porque esses corruptos são capazes de tudo para se manterem no poder, as potências europeias têm espaços e oportunidades para tirarem os seus proveitos. Porém, quem sofre com as consequências são os povos africanos.

A partir da segunda metade do século XIX, França “conquistou” grandes proporções de territórios na África, esta expansão ocorreu de forma mais intensa na zona Ocidental e Central do continente, além de “conquistar” também territórios insulares, como Comores, Madagascar e ilha Reunião. Apesar da variação de acordo com a área, sua política colonial foi muito intensa, porém algumas colônias recebiam mais atenção e outras menos (FILHO e BADOU, 2014).

De forma geral, o colonialismo francês é descrito como um sistema de dominação e administração direta, que interferia em profundidade nas estruturas autóctones africanas. Esse sistema, por exemplo, tinha uma política de assimilação cultural e os territórios africanos eram vistos como partes da França. Nesse sentido, o legado colonial francês também se distinguiu dos demais colonialismos, sobretudo porque a França, como ex-metrópole, fez questão de manter fortes laços com suas antigas colônias, envolvendo-as em sua estratégia de inserção internacional como potência mundial, mesmo que mediana, se comparada com os Estados Unidos e com a então União Soviética no contexto da Guerra Fria (FILHO e BADOU, 2014, p. 158).

Segundo Nkrumah (2011), a existência das oposições à ideia de integração africana atrela-se aos esforços europeus e principalmente da França para sabotar esta união, pois pretendem manter os domínios político-econômico sobre suas ex colônias africanas e fazem-no por meio da “balcanização”, atribuição das independências formais (só no papel) e assinaturas de acordos que asseguram estreitas relações econômicas e de garantias de base militar!

Nkrumah acreditava que os seus oponentes devem se isolar mais do mundo estranho europeu e da forma de fazer política que aprenderam destes, os seus parlamentares insinuavam que a união africana geraria grandes desigualdades entre os países integrantes e sempre faziam questão de lembrá-los que teriam apenas um representante! Isto seria uma tática de balcanização, pois a inconformidade europeia diante da independência total da África era maior. Ele ainda nos lembra que:

Embora o fim do domínio europeu sobre a África se aproxime, os interesses econômicos europeus continuam em ascensão e a influência política e cultural da Europa é ainda bastante forte. Em certos territórios, a ideologia da «mãe-pátria» e a identidade cultural marcaram fortemente alguns dirigentes políticos (NKRUMAH, 2011, p. 291).

Estas falas foram, sem dúvidas, uma referência aos países francófonos e especificamente ao seu principal oponente, Senghor. França fez todo o possível para manter suas antigas colônias, mesmo “independentes”, na condição de servidão! Conforme o líder ganês;

A França nunca pensou em conceder a independência às suas colônias; manteve-as sempre ciosamente guardadas. Quando se tornou evidente que já não era possível continuar a privá-las da soberania nacional, o terreno estava já preparado para manter os jovens Estados independentes na órbita da França. Continuariam a ser fornecedores de matérias-primas baratas e de alimentos tropicais, servindo simultaneamente de mercados reservados para os produtos franceses (NKRUMAH, 2011, p. 289).

Dois exemplos que refletem claramente a inconformidade da França em sair da África são a sua reação contra a independência de Guiné Conacri (1958) e Argélia (1962) (FILHO e BADOU, 2014). Ela prometia os seus “favores” àqueles que lembrassem do destino indissolúvelmente ligados e da herança comum da Comunidade Francesa, por outro lado, ameaçava com a excomunhão todos os que traíssem tal destino e negassem a constituição desta Comunidade. Por isso, todos os políticos da antiga África francesa, com exceção de Sekou Touré da antiga Guiné francesa, votaram a favor do referendo do general De Gaulle sobre a constituição da Comunidade Francesa, a 28 de setembro de 1958. E como consequência Guiné foi brutalmente expulso da Comunidade (NKRUMAH, 2011).

Pior foi na Argélia, pois os interesses da França eram muito mais intensos nesse território; além dos interesses econômicos, havia um considerável número da população de origem francesa, que beirava um milhão de pessoas. A presença francesa nesse território é muito antiga, desde 1830 quando o último monarca Bourbon, Carlos X, o invadiu. Assim foi se firmando a autoridade francesa, desde então, junto com uma forte mentalidade colonialista de transformar o território do norte da África em território francês. Com o passar do tempo os colonialistas franceses passaram a defender que a Argélia nunca deveria ser abandonada, pois era uma questão de respeito e de prestígio para a França. Por isso teve que tentar evitar a independência desta colônia a todo custo, caso contrário seria um ato de covardia e fraqueza por parte da França. O resultado foi que a independência da Argélia custou uma luta sangrenta na qual ambos os lados tiveram grandes perdas, cerca de 300 mil argelinos contra cerca de 30 mil franceses que perderam suas vidas. E essa derrota pode ser o ponto chave para a mudança

nas estratégias de colonização e de negociação entre a França e suas ex-colônias para não perder o domínio sobre elas (FILHO e BADOU, 2014).

Ainda cotidianamente a França continua presente e ativo nos assuntos político-econômico dos países africanos, principalmente da zona central e ocidental do continente, por meio das suas intervenções militar e economicamente através das instituições financeiras implementadas durante a era colonial que permaneceram até hoje. Porém de acordo com Filho e Badou (2014), é preciso ressaltar que na maioria das vezes que a França agia e ainda cotidianamente age no continente africano ela não o faz de forma unilateralmente, a sua atuação sempre ia em conformidade com interesses específicos de certas elites locais, que se beneficiaram e ainda continuam se beneficiando com essas ingerências. “Para muitos governantes africanos, o apoio da França ainda é decisivo para a manutenção do seu poder, e era uma questão mais decisiva quando do nascimento dos Estados africanos no período imediatamente posterior à descolonização” (FILHO e BADOU, 2014, p. 159). Por outro lado, quem paga as consequências são as sociedades africanas.

As intervenções francesas na África foram também propiciadas pela forma como os franceses definiram suas relações com os novos Estados. O que se seguiu às independências foi uma estratégia política bem calculada por meio da qual os franceses envolveram os novos dirigentes africanos. Assim, foram celebrados acordos de cooperação técnica e econômica, assistência financeira e cooperação militar, inclusive com a permanência consentida de instalações e tropas militares francesas em países considerados estratégicos para a França, como Senegal, Gabão, Costa do Marfim e Djibuti. Ressalte-se que nenhuma outra antiga metrópole manteve um envolvimento militar tão especial como os franceses o fizeram com a maior parte de suas ex-colônias (FILHO e BADOU, 2014, p. 160).

O ponto é que as intervenções estrangeiras e principalmente da França na África criam grandes dificuldades para a concretização de políticas internas que visam uma maior estabilidade e desenvolvimento a esses Estados, e impede a consolidação do regionalismo no continente e conseqüentemente a unidade africana. Contudo, estas intervenções só foram e são possíveis graças à uma parcela das elites africanas, entretanto, as ambições destes últimos podem estar atreladas às formas como adquiriram independência para com seus territórios, ou foram ambiciosos em fechar acordos de indecência de modo a adquirir benefícios particulares e/ou estatal em relação aos outros países. Mas isso não tira o mérito da França em prejudicar a integração e desenvolvimento da África.

3.2 FORMAÇÃO DA UEMOA

Antes de se tornar no que se conhece hoje como a UEMOA, esta zona era conhecida como África Ocidental Francesa (AOF), uma criação francesa de 1895, com uma estratégia de estabelecer uma política comum em termos monetário, comercial e legislativo, cujo propósito era de manter o controle efetivo sobre a África Ocidental; posteriormente, com as proclamações das independências, em abril de 1961 na cidade de Niamey, os países que faziam parte da AOF decidiram manter a mesma moeda que vigorava na zona e continuar com o mesmo sistema monetário. Um ano depois, em maio, Estes oito países: Alto Volta (atual Burkina Faso), Benin (ex-Dahomey), Costa do Marfim, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Togo, assinaram, numa reunião em Paris, o primeiro tratado que institui uma união monetária; criando assim o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), que substituiu uma outra instituição que desempenha a mesma função, Banco da África Ocidental (FERNANDES, 2007). Ou seja, mudou apenas o nome.

Com a saída de Mali em 1962 e de Mauritânia em 1973, ambos que foram criar suas moedas nacionais, os restantes seis tiveram uma reunião de emergência no dia 14 de novembro de 1973 em Paris, que culminou em assinatura de um acordo que estabeleceu a União Monetária da África Ocidental (UMOA) e a criação do Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD), que teria como acionistas BCEAO, França e a República Federal da Alemanha. Este tratado previa também um acordo de garantia de conversibilidade da nova unidade monetária, o Franco da Comunidade Financeira Africana (Franco CFA), entre os estados membros e a França. E em 1984 teve volta de Mali, totalizando assim sete Estados-membros nesta organização. Entretanto a UMOA era um espaço meramente monetário sem nenhuma política econômica comum, o que repercutiu posteriormente de forma negativa para a organização, junto com as crises econômicas e financeiras dos anos 80 (FERNANDES, 2007);

A UMOA encontrava-se estruturada em quatro princípios básicos: primeiro, assegurar a convertibilidade e a paridade fixa da moeda da União; segundo, garantir a livre circulação da moeda e a liberdade de transferência entre os Estados; terceiro, estabelecer uma taxa de câmbio comum; quarto, prever a existência de reserva comum de câmbio entre os Estados-membros e o certificado de garantia do valor da reserva do câmbio sobre os direitos de saque especial emitido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), (FERNANDES, 2007, p. 143)

Deste modo, a organização obteve bons resultados, até 1985, em relação às outras regiões africanas: “as taxas de crescimento econômico e de investimento, tanto públicas como privadas, aumentaram, devido a uma verdadeira disciplina monetária com a taxa de inflação baixa” (IBIDEM). Contudo, as dificuldades que surgiram foram várias que estancam o desenvolvimento da organização, na qual destacam-se: a baixa de competitividade dos Estados-

membros no comércio mundial e a sua crescente marginalização na economia internacional; a redução de preço dos produtos primários no comércio mundial a partir dos anos 80; a falta de infra-estrutura; a ausência de uma dinâmica no comércio horizontal na África Ocidental, e o desequilíbrio macroeconômico nos Estados-membros por conta da insuficiência da receita dos produtos primários. A situação se agravou ainda mais quando as instituições de Bretton Woods impuseram o programa de ajustamento estrutural aos Estados africanos para corrigir os déficits orçamentários, conseqüentemente, nos anos 90 a crise culminou com a desvalorização do F CFA, moeda da União (IBIDEM).

Foi, no entanto, que surgiu a necessidade da transição de uma União meramente monetária, para uma União Económica e Monetária, a fim de superar as crises que assolavam a organização. A pedido dos responsáveis pela política da União, o governador do BCEAO apresentou, numa conferência de julho de 1992, um relatório do estudo feito para melhorar a situação causada pela crise; dois anos depois, devido à desvalorização de F CFA (na ordem de 50%), os chefes de estados-membro decidiram, no dia 10 de janeiro de 1994 em Dakar(capital de Senegal), transformar a UMOA em União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), com o objetivo de assegurar a convergência das políticas macroeconómicas entre os países desta organização, em agosto do mesmo ano vigorou o tratado daquela organização em todos os países membro (FERNANDES, 2007); (RODRIGUES, 2016)

Assim, foi formado oficialmente o “bloco econômico regional”, União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), por sete estados independentes da costa ocidental africana: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e o Togo. De acordo com Rodrigues (2016), este foi um dos resultados suscitados pela nova realidade mundial após o fim da bipolaridade entre as duas superpotências, Estados Unidos de América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Conforme a mesma fonte a tendência de formação dos blocos econômicos regionais, voltados para uma nova reorganização do espaço político global, integra assim uma nova divisão internacional do mercado numa perspectiva globalizada, na qual a contribuição para aceleração do processo da regionalização é a elevação da competição (RODRIGUES, 2016).

O tratado da UEMOA, apoia-se na moeda comum, F CFA, que já existia entre os membros, para desenvolver um espaço econômico integrado entre os membros da organização

com base em cinco pilares, segundo Etienne Cerexhe e Louis le Hardy de Beaulieu apud Fernandes (2007):

a) a criação de um dispositivo multilateral de vigilância no âmbito da União, para assegurar a racionalização das políticas macroeconômicas, a coerência das políticas orçamentais dos Estados-membros com a política monetária comum e a realização de um grau aceitável de convergência das políticas económicas destes países; b) a efetivação de uma união aduaneira, que compreende o estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC) e a liberação das trocas de bens e serviço; c) a criação de um mercado comum, assegurando a livre circulação das pessoas e dos capitais. Nesse sentido, a União velará pela simplificação e harmonização da fiscalização indireta entre os Estados-membros; d) a harmonização das políticas setoriais, destacando-se a política agrícola, industrial, energia, ambiente, ordenamento do território, transporte, telecomunicações e assuntos sociais, e, a longo prazo, a sua unificação; e) por último, o Tratado prevê um sistema institucional supranacional estabelecendo que os Estados-membros consentem em abdicar de suas soberanias em prol das instituições comunitárias (CEREXSE; BEAULIEU apud FERNANDES, 2007, p. 160).

Deste modo, compreende-se a UEMOA como um processo estratégico funcionalista da integração do continente africano. Pois é um processo detalhado com finalidade de unir progressivamente os países membros através de um sistema institucional supranacional previsto pelo tratado desta organização, que estabelece o consentimento dos Estados-membro em abdicar de suas soberanias perante tal sistema institucional. Esta foi a proposta da Comissão Económica das Nações Unidas para África nos anos 60 e que a OUA adotou a fim de integrar os novos Estados e alcançar a união africana.

Vale ressaltar que, com a entrada em vigor do Euro, em 1999, foi mantida a manutenção da cooperação existente desde o período colonial. O Conselho Europeu nº 98/683/CE, de 23 de novembro de 1998, decidiu autorizar a França a continuar cooperação com a Zona franco. Consequentemente, a decisão ancorou automaticamente os francos CFA ao euro por uma paridade fixa de 1 Euro por 655, 9570 F CFA (MENDES, 2013).

Sendo uma organização essencialmente económica, a UEMOA tem o objetivo de promover o bem-estar social e o desenvolvimento dos Estados-membros (FERNANDES, 2007). Por isso ela está estruturada da seguinte forma:

a) Órgãos de Direção, compreendendo a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros e a Comissão da União; b) Órgãos de Controle, compreendendo Comité Interparlamentar (substituído pelo Parlamento da União, por determinação do Tratado modificado de 29 de janeiro de 2003); Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas; c) Órgãos Auxiliares, compreendendo o Comitê de Peritos, a Câmara Consular Regional e outros órgãos consultivos; d) Instituições Especializadas Autônomas, reunindo o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) e o Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD) (FERNANDES, 2007, p. 161-162).

Por ser uma organização puramente econômica, a UEMOA vem enfrentando grandes dificuldades que a impede de alcançar seus objetivos, principalmente em razão de constantes instabilidades políticas na África Ocidental. O tratado da organização teve que passar por outra revisão em 29 de janeiro de 2003, na qual foi adotado um novo instrumento para dinamizar o processo da integração, citado nos termos do artigo 26/7, na qual a comissão da União passa a ter poder de iniciativa, podendo elaborar programa de ação que será submetido a sessão do parlamento para a sua aprovação. Além disso, foi criado também o Parlamento da União, para substituir o Comité Interparlamentar, até então o órgão de controle político da organização. Porém, após quatro anos da sua criação este não entrou em operação, devido à falta de ratificação do diploma por parte da Costa do Marfim, que enfrentava profunda instabilidade política desde 2002 (FERNANDES, 2007).

Em dezembro do ano 2007, teve adoção das reformas institucionais que visam de um lado modernizar o quadro institucional da UEMOA e do BCEAO, de forma a torná-lo adequado para as novas exigências relativas às atribuições específicas do Banco Central; e por outro lado, reforçar a estabilidade do sistema bancário e financeiro, e atualizar os regulamentos, que regulam as relações financeiras externas dos Estados-Membros da União Europeia. Estas reformas entraram em vigor no dia 1 de abril de 2010 (MENDES, 2013).

Contudo esta reforma deu maior independência para o BCEAO no plano monetário, cuja sua principal missão passou a ser a estabilidade de preços. Mas devido a conta de operações aberta nos livros de Tesouro da República da França, os países-membros da Zona CFA continuam, por meio desta conta, ligados à França (União Europeia). Em razão disto, o Estado francês garante a convertibilidade ilimitada dos francos CFA e em troca, estes países africanos que usam tal moeda comprometem-se a depositar nessa conta 50% das suas reservas em divisas e também a respeitar um conjunto de princípios, tais como: liberdade da circulação de capital no seio da Zona Franco, a manutenção da paridade fixa, a partilha das reservas de divisas (MENDES, 2013).

Recentemente teve um novo acordo anunciado pelo presidente marfinense Alassane Ouattara, em Costa do Marfim no dia 20 de dezembro do ano 2019, durante uma visita do presidente francês Emmanuel Macron, na qual os países que constituem a UEMOA decidiram, junto com a França, abolir esta moeda (F CFA) para implementar uma nova, chamada “Eco”, previsto para 2020. Com esta mudança, foram acordadas três alterações principais: mudança de

nome, o fim da centralização de 50% das reservas no Tesouro francês – papel que será assumido pelo BCEAO – e a retirada de França das instâncias de governança em que está presente. Porém, a disparidade fixa que o F CFA tem com o euro, vai ser mantida com a nova moeda. O presidente francês assume que o seu país quer uma relação “descomplexada” com a África e que se congratula com o acordo (JN, 2019).

Porém, já se passou mais de um ano e meio sem efetivação deste novo acordo. Isto deve ser por conta do novo vírus corona (covid-19), que surgiu na mesma época que foi anunciado estas mudanças e se expandiu por toda parte do planeta. Com a pandemia, muitos países paralisaram economicamente e, conseqüentemente, muitos programas de governo tiveram que esperar; não deve ser diferente com o projeto da Eco.

4 INTEGRAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU NA UEMOA

Ao contrário dos outros países da UEMOA, a Guiné-Bissau, depois da sua independência tomou a iniciativa de criar a sua própria moeda em março de 1976, o Peso, que deve ser emitido no Banco Nacional da Guiné (BNG), criado para funcionar como um Banco Central, a Caixa de Tesouro e Banco Universal (MENDES, 2013).

Contudo, a história monetária do país tem sido categorizada pela depreciação constante do Peso guineense, refletindo conseqüentemente na instabilidade dos preços. Se acrescentarmos estes fatores ao facto da moeda nacional ser inconvertível, podemos facilmente apercebemo-nos das dificuldades pelas quais este País passou, nomeadamente nos domínios do comércio internacional e do investimento estrangeiro (IBIDEM).

Em 1986, em resposta às crises econômicas, foi elaborado um Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), a médio e longo prazo, na qual a primeira fase era alcançar estabilidade (1987/1989) e a fase de desenvolvimento auto-sustentado para 1993. Com isto, se pretendia reduzir o papel do Estado, liberar o comércio interno, terminar com o monopólio estatal nas atividades comerciais e a racionalização do investimento do estado, reestruturação e privatização de algumas empresas estatais (SANGREMAN, SOUSA JR, *et al.*, 2006).

Todavia, a situação não melhorou, houve canalização dos financiamentos externos à setores na qual se verificava a apropriação por parte da classe burocrática do Estado; e como resultado, teve a deterioração da capacidade de investimento das empresas. De 1988 a 1993,

não foram alcançados os objetivos propostos, a inflação se manteve igual a desvalorização, não se diminuiram as importações e não conseguiram estimular as exportações (SANGREMAN, SOUSA JR, *et al.*, 2006).

Por conta disso – Guiné-Bissau, isolado das outras ex colônias portuguesas, com a exceção de Cabo-Verde, faz fronteiras físicas apenas com os países francófonos, ao Norte com o Senegal e ao Sul com a Guiné – o país se tornou oitavo membro da UEMOA em 2 de maio do ano 1997, e em termos regionais, o único país lusófono no seio deste bloco, ou seja, que fala a língua portuguesa e que não tem francês como língua oficial, sendo que os outros são francófonos, falam francês. Por isso a sua integração nesta organização foi encarada, também, como uma forma de reencontro com os seus irmãos que foram separados pelo colonialismo no decurso da conferência de Berlim de 1884, pois em termos culturais a Guiné-Bissau se aproxima mais dos países vizinhos francófonos em relação aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP (MENDES, 2013).

Então, a UEMOA foi para Guiné Bissau, um meio de tentar superar as dificuldades e sair das sucessivas crises econômicas que a assolavam, criando um ambiente mais atrativo para o investimento externo. Porém, de acordo com Sangreman et al, (2006), a medida veio a revelar-se desastrosa ao nível econômico e social, pois não foi acompanhada de medidas macroeconômicas sólidas com capacidade de sustentar o desenvolvimento, tendo como consequências, aumento da pressão externa (principalmente dos Estados francófonos vizinhos, destacando-se o Senegal), e a descapitalização do país. Tendo acabado o conflito político-militar, a economia guineense apresentou breves avanços positivos que augurava um futuro melhor, mas a atividade econômica estagnou em 2001 e foi se contraindo em 2002, quebrando deste modo a esperança de sua recuperação (SANGREMAN, SOUSA JR, *et al.*, 2006).

De acordo com o estudo realizado por Mendes e Sall (2012) apud Mendes (2013), teve uma melhoria da situação macroeconômica do país depois da sua adesão a UEMOA, na qual a taxa de crescimento real passou de “3,3%” de 1990 a 1996 para “4,1%” de 2008 a 2011; a inflação baixou de “45,7%” para “4,1%” respectivamente; as despesas públicas por PIB aumentaram progressivamente de “16%” para “21,3%”; A taxa de investimento progrediu de “2,1%” para “6,6%”. Grosso modo, a maior parte dos indicadores registaram melhorias, inclusive durante o período do conflito militar de 1998-99.

De acordo com o Banco Mundial, apesar do impasse político e da suspensão dos fluxos dos doadores com o destino ao país, a Guiné-Bissau continua a expandir economicamente. O índice do crescimento econômico atingiu “5,9%” em 2017, o que reflete em grande medida aos elevados preços internacionais do caju e ao seu volume de produção (BM, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos gerais da situação macroeconômica, o país apresentou um leve progresso depois da sua integração na UEMOA, porém não o suficiente para se tornar um país emergente durante esses 24 anos de adesão. A integração da Guiné-Bissau neste bloco econômico foi mais que necessária para a situação econômica em que se encontrava e em termo regional geograficamente localizado. Isso se deve ao fato, da produção guineense apresentar poucos capitais e de pequenas proporções em comparação aos capitais de outros países desta organização. A própria dimensão territorial e demográfica da Guiné-Bissau são, entre outras coisas, entraves para o desenvolvimento das produções de grandes proporções de capitais para a concorrência nos mercados internacionais, aliás, poucos países africanos se qualificam neste sentido. Esta é uma condição imposta pela balcanização promovida pelo novo imperialismo europeu através da estratificação dos territórios africanos e seus povos. Nesta perspectiva os países como Guiné-Bissau acabam por depender duma política séria da união para evitar tais concorrências, com grandes Estados capitais.

Por outro lado, apesar da sua necessidade de aderir a este bloco econômico (UEMOA), o país está relativamente despreparado para esta realidade em diversas questões, entre as quais destacam-se: a baixa capacidade de exportação relacionada ao fato do país ser menos industrializado em relação à seus parceiros; a fragilidade do Estado em relação a recursos humanos fortemente preparados para defender os interesses do país e encarar outros profissionais, representantes dos outros Estados-membros da organização, na qual destaca-se a questão da língua, sendo que o francês é a língua da união; a constante instabilidade política que resulta na frequente queda dos governos na Guiné-Bissau e conseqüentemente influenciando a representação do país na UEMOA; a falta de controle interno em diferentes setores da economia e de circulação das pessoas influenciada pela grande índice de corrupção no país... Estas fragilidades fazem da Guiné-Bissau um mercado garantido para a

comercialização de produtos dos outros países da união que apresentam um nível considerável de exportação.

O Senegal, por exemplo, considerado potencial adversário da Guiné-Bissau, é superior e mais desenvolvido em diversos aspetos. A relação bilateral dos dois países é marcada por significativas desigualdades na qual a Guiné-Bissau leva sempre a desvantagem. Em relação ao livre trânsito das pessoas, por exemplo, os guineenses muitas das vezes são discriminados e vítimas da xenofobia por parte dos oficiais das fronteiras senegalesas. No comércio informal, a presença dos senegaleses nos mercados guineenses é muito ampla, do mesmo modo os produtos provenientes de Senegal; porém, não se pode dizer o mesmo dos cidadãos guineenses e dos seus produtos, os próprios guineenses importam produtos de Senegal para comercialização. Em relação à Zona de Exploração Conjunta (ZEC), constituída em 1993, entre a Guiné-Bissau e Senegal, a situação não podia ser diferente. Ela constitui uma área de 25 mil km² da plataforma continental e é gerida por uma agência de gestão e cooperação, localizada em Dacar, capital de Senegal (DN, 2018). De acordo com Diário de Notícias, ZEC é considerada rica em recursos haliêuticos, cuja exploração é dividida a 50% para cada país. Porém, ainda em fase de prospecção, se forem confirmadas a existência dos hidrocarbonetos (Petróleo e gás), a Guiné-Bissau ficaria com 15% daqueles produtos, enquanto que o Senegal com 85%, sendo que foi dispensado 46% do território marítimo guineense e 54% senegalês para constituir a ZEC (DN, 2018). Este acordo foi denunciado e pedido em 2016 uma nova renegociação exigida pelo então presidente da Guiné-Bissau, José Mário Vaz. Entretanto, nos finais de 2020 houve alguns rumores de que o atual presidente da república Umaro Sissoco Embaló assinou o acordo que mantinha a antiga divisão dos recursos hidrocarbonetos (DW, 2020).

De acordo com a estratégia de constituir uma União Africana votada pela OUA, a UEMOA como parte do processo de integração da África, previa uma situação harmônica no seu seio, porém se revela como uma arena contrária ao objetivo previamente suposto a sua existência, na qual os atores utilizam as suas estratégias para acumular mais poderes, em consequência disso revelam o jogo de “soma zero”.

O considerável fracasso da UEMOA não se limita apenas às consequências advindas dos problemas endógenos, o colonialismo deixou sequelas que ainda hoje atrapalham o progresso das sociedades africanas, nomeadamente, a aculturação dos povos africanos, a

estratificação dos territórios através da balcanização, a ingerência praticada pela França etc. São todo um conjunto de questões que contribuem para o fraco crescimento da UEMOA e que atrapalham o processo de integração do continente. Neste quesito, compactuo-me com o Barry, quando ressalta que a adesão pelo funcionalismo na votação da OUA refletia a preocupação dos Estados em consolidar as suas soberanias. Mas também representava uma oportunidade para o sustento das ambições daqueles que ansiavam pelos privilégios individuais advindos do poder soberano, fato que podemos constatar pelo constante clima de instabilidade política na costa ocidental da África, onde políticos e governantes encaram cargos na administração pública como fonte de renda, deste modo passível de corrupção.

Entretanto, a atual realidade da UEMOA, reflete o nível do processo da integração do continente, sendo assim, torna duvidoso a concretização da União Africana. Por isso, acredito numa união baseada na Federação de Estados africanos, defendida pelo N'krumah, com um governo supranacional estabelecido. Esta modalidade seria capaz de estabelecer a integração num tempo menor em relação ao tempo que a atual modalidade está a consumir, pois subtrairia as fronteiras “artificiais” herdadas do colonialismo, diminuindo os poucos poderes soberanos representados por estas divisões balcânicas, que anseiam por mais poder.

BIBLIOGRAFIA

BARRY, B. **Senegambia: O Desafio da História Regional**. Rio de Janeiro: SEPHIS–CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, 2000. Disponível em: <<https://silo.tips/download/senegambia-o-desafio-da-historia-regional>>. Acesso em: 06 jul 2021.

BM, B. M. Guiné-Bissau - Aspectos Gerais. **The World Bank**, 2018. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>>. Acesso em: 04 agosto 2021.

CABRAL, A. Libertação Nacional e Cultural. In: RIBEIRO, M. **Malhas que os Impérios Tecem. Textos Anticoloniais, Contextos Pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 355-375.

CASTRO, T. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

DN, D. D. N. Lusa - Guiné-Bissau e Senegal discutem acordo de exploração conjunta de zona rica em peixe e hidrocarbonetos. **Diário das Notícias**, 2018. Disponível em: <<https://www.dn.pt/lusa/guine-bissau-e-senegal-discutem-acordo-de-exploracao-conjunta-de-zona-rica-em-peixe-e-hidrocarbonetos-9657470.html>>. Acesso em: 05 agosto 2021.

FANON, F. **Pele Negra Mascaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador BA: EDUFBA, 2008. 194 p.

FERNANDES, J. A. **A INTEGRAÇÃO ECONÓMICA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO CONTINENTE AFRICANO**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 183. 2007.

FILHO, P. P.; BADOU, R. A França na África: as intervenções militares e suas motivações – o caso da Costa do Marfim. **Carta Internacional**, v. 9, n. 2, p. 156-172, jul.-dez. 2014.

FIORI, J. L. O poder global e a nova geopolítica das nações. **Crítica Y Emancipación**, p. 157-183, 2009.

JN, R. França e oito países africanos acabam com moeda franco CFA. **Revista JN**, 21 dezembro 2019. Disponível em: <<https://www.jn.pt/mundo/franca-e-oito-paises-africanos-acabam-com-moeda-franco-cfa-11645481.html>>. Acesso em: 30 julho 2021.

MARX, K. **Manuscritos Económico-Filosóficos**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDES, P. A experiência da integração da Guiné-Bissau no seio da UEMOA: Que subsídios a transmitir à União Europeia? In: **IAO-ZEI Comércio regional e integração monetária na África Ocidental e na Europa**. [S.l.]: [s.n.], 2013. Cap. 8. Disponível em: <<https://www.zei.uni-bonn.de/dateien/wai-zei-paper/06-2013-wai-zei-sohn-pt>>. Acesso em: 28 agosto 2019.

MIGNOLO, W. D. COLONIALIDADE O lado mais escuro da modernidade. **RBCS**, Rj. Brasil, v. 32, p. 18, junho 2017.

NKRUMAH, K. O Neocolonialismo em África. In: SANCHES, M. R. **Malhas que os Impérios Tecem: Textos Anticoloniais, Contextos Pós-coloniais**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2011. p. 287-307.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

RODRIGUES, J. **A inserção da Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária Oeste Africana (UEMOA): limites e oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico do país (1997-2013)**. Dissertação (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - Br, p. 197. 2016.

SAÍD, E. W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANGREMAN, C. et al. A evolução política recente na Guiné-Bissau: -As eleições presidenciais de 2005 -Os conflitos -O desenvolvimento - A sociedade civil. **CESA - Centro de Estudo sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa**, Lisboa, p. 43, 2006. ISSN 70. Disponível em: <<https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/RePEc/cav/cavwpp/wp70.pdf>>. Acesso em: 02 agosto 2021.